

NEWSLETTER **MLS**

A E-REVISTA DO MOVIMENTO LIBERAL SOCIAL

JANEIRO 2010 | EDIÇÃO Nº4



Ficha Técnica



Movimento Liberal Social

Rua Ramalho Ortigão, 31,
Cave Direita,
1070-228 Lisboa

Telemóvel - 966 075 978

Email:
secretariado@liberal-social.org

URL:
www.liberal-social.org

**"Mais Liberdade,
menos Estado."**

Membro de:



Equipa

Coordenação:
Rui Almeida
Tânia Girão

Redacção:
André Regateiro
André Soares
Hugo Garcia
Igor Caldeira
Inês Branco
João Mendes
Luís Humberto Teixeira
Martim Horta

Capa:
Luís Menezes

Editorial

Com o início do ano de 2010 devemos fazer um esforço de olhar para 2009 e tentar ver o que alcançámos, ao mesmo tempo que se deve apostar em concretizar os objectivos para 2010. Nestes últimos meses uma das coisas de que nos podemos orgulhar é da publicação desta nova newsletter que apesar de ainda ter muito em que evoluir demonstra já algum profissionalismo e potencial para melhorar cada vez mais.

No passado mês de Novembro realizou-se a 10ª Assembleia Geral, onde foi apresentada a demissão oficial do nosso colega Maurits Van der Hooff que "trocou" Portugal pela Polónia, deixando de fazer parte da direcção do MLS. Resta-nos agradecer todo o esforço e dedicação que o Maurits deu ao MLS desde a sua fundação e esperar que mantenha o seu entusiasmo liberal "por outras paragens".

Depois do período festivo, voltamos em força para continuar a lutar pelo liberalismo. Nesta edição, seguindo a nossa aposta num tema especial, vamos falar sobre investimento público, procurar mostrar a visão liberal nesta área. Criámos também uma nova secção com o nome de "Mundo Liberal" que pretende dar a conhecer outros partidos e organizações liberais no mundo e assim ajudar a contextualizar o liberalismo no panorama político português.

Mantemos a nossa vontade de evolução e pensamos que estamos a conseguir alcançar os objectivos, como tal continuamos a pedir as vossas críticas, opiniões, ou até participações, para podermos cada vez mais ir de encontro às vossas expectativas.

Tânia Girão

tania.girao@liberal-social.org

PARTICIPE

Caro Liberal, esperamos pela sua contribuição: participe com ideias, sugestões e críticas, com cartas para a secção do leitor, com textos para publicação ou com sugestões para temas a abordar.

Contacte-nos para newsletter@liberal-social.org

Dicionário do Homem Livre

Federalismo – n. m.

Política, sistema governativo que consiste na reunião de vários estados numa só nação, conservando cada um deles a sua autonomia em negócios que não pertencem ao interesse comum. (do fr. Fédéralisme, «id.»)

- *in Dicionário de Português da Porto Editora, 2009*



Índice

Editorial	2
Dicionário do Homem Livre	3
Índice	3
Agenda de Eventos	4
Correio do Leitor	5
Reportagem	6
Últimos Comunicados do MLS	7
Especial - O Investimento Público	8
Generalidades	13
Sociedade Liberal	18
Portugal visto do exterior	21

Agenda

30 de Janeiro 2010 - Encontro Liberal Social do Porto

Local: Porto

Inscrições em <http://porto.liberal-social.org>

3 de Fevereiro - Encontro de Membros

Local: Lisboa

10 de Fevereiro - Reunião de Direcção do MLS

Local: Lisboa

20 de Fevereiro - Encontro Liberal Social em Lisboa

com a presença do Presidente da Juventude Democrata de Minas Gerais.

Local: Lisboa

22 de Fevereiro - Tertúlia (a confirmar)

Local: Lisboa

Organização: Movimento Liberal Social (MLS)

Mais informações e Inscrições nos eventos de Lisboa:

<http://lisboa.liberal-social.org>

secretariado@liberal-social.org

Quer organizar um evento do MLS em outras cidades?

Contacte o Secretariado do MLS (email secretariado@liberal-social.org), a e faça a sua proposta para um evento.

Correio do Leitor

“Saudações:

Venho apenas dar conta de que tenho recebido regularmente a V. informação, manifestar, em geral, o meu agrado e apoio, e finalmente dizer ainda que virei a participar mais activamente como puder.”

J. Magalhães

“Que pena não terem feito o mês de Dezembro. Fiquei à espera mas nada...”

Maria do Carmo

Escreva-nos

Caro leitor, escreva-nos com comentários, críticas e sugestões para:

newsletter@liberal-social.org

Newsletter do MLS

Receba a newsletter do Movimento Liberal Social e fique a saber as novidades, os próximos eventos, as posições políticas do MLS e muito mais...

Subscreva em

www.liberal-social.org



Veja as newsletters anteriores em

<http://www.liberal-social.org/conte-do-geral/newsletter>

Colabore com o MLS, colabore com a Newsletter!

O Liberalismo em Portugal, precisa de si

Procuramos colaboradores para este projecto. São várias as áreas

Inscreva-se enviando um mail para: newsletter@liberal-social.org

Reportagem

10ª Assembleia Geral do MLS

No dia 21 de Novembro de 2009 teve lugar a 10ª Assembleia Geral do Movimento Liberal Social. A Assembleia Geral debateu a estratégia do MLS para os próximos cinco anos, a criação de núcleos locais, a política de relações com a imprensa e de presença "online", bem como a revisão do programa político do MLS. Foi ainda discutida e aprovada uma moção sobre política de Transportes. Finalmente, foram alterados os estatutos e os regulamentos internos do Movimento.

A Assembleia Geral teve lugar na Pousada de Juventude do Parque das Nações, e dividiu-se em duas partes uma parte mais informal, na qual foram apresentadas brevemente as várias moções e as propostas de alteração de estatutos e regulamentos internos, e uma parte formal, em que se procedeu à votação das mesmas. Durante esta segunda parte foram ainda aceites como membros efectivos João Mendes e João Cardiga, e Igor Caldeira foi eleito como

substituto de Maurits van der Hoofd, que deixou a Vice-Presidência para Relações Internacionais. João Mendes foi eleito como membro substituto da Direcção.

Nações



Igor Caldeira



João Mendes

Veja os Órgãos Sociais do MLS em:

<http://www.liberal-social.org/pessoas>

Jantar de Ano Novo

Realizou-se no passado dia 16 de Janeiro, o Jantar de Ano Novo do Movimento Liberal Social (MLS) em Lisboa. Este evento juntou vários membros e simpatizantes do MLS e serviu também para discussão dos temas actuais mais importantes.

Últimos Comunicados do MLS

Auto-estradas de Portugal, 26 de Novembro

Posição do MLS sobre a rede de auto-estradas nacionais.

Código Contributivo, 2 de Dezembro

Posição do MLS sobre o Código Contributivo para a Segurança Social.

Ministro das Obras Públicas deve reavaliar vantagens de Concessões Rodoviárias, 3 de Dezembro

Pedido do MLS para que o Sr. Ministro das Obras Públicas reavalie as Concessões Rodoviárias Nacionais.

Golden Shares, 7 de Dezembro

Posição do MLS sobre as Golden Shares em Empresas Privatizadas.

Defesa Europeia, 9 de Dezembro

Posição do MLS sobre os Caminhos da Defesa Europeia.

Copenhaga 2009, 21 de Dezembro

Posição do MLS sobre a Conferência de Copenhaga.

Avaliação de Professores, 28 de Dezembro

Proposta de uma avaliação de desempenho 360º para os docentes do ensino público. Esta tomada de posição do MLS teve por base um policy paper.

Consulte todos os comunicados em

<http://www.liberal-social.org/comunicados-imprensa>

Especial – O Investimento Público

Nesta edição da Newsletter do MLS, decidimos tratar no Especial de um tema que é sempre importante, mas que tem sido discutido com particular acutilância recentemente: o investimento público. Encontram-se aqui dois textos que reflectem sobre este tema, que apresentamos à consideração dos leitores.

João Mendes

Electrodomésticos, transportes, e obras públicas – o que devemos mesmo comprar?

João Bernardino

Quando pensamos em comprar um electrodoméstico, tomamos a decisão que mais nos satisfaça. Por vezes ela não é evidente, e devemos ponderá-la bem. Primeiro, há que perceber se vale mesmo a pena comprá-lo; se o que já temos funciona bem, para quê comprar um novo? Mas talvez o que temos dê alguns problemas, ou os modelos novos sejam muito melhores, ou nos últimos anos tenhamos enriquecido e já possamos ter um modelo de topo.

Em certas decisões, vale a pena fazer contas para avaliar hipóteses. No caso de uma escolha de transportes podemos fazê-lo, por exemplo, para decidir entre realizar uma viagem de comboio ou de helicóptero, de Setúbal e Lisboa. Apesar de o helicóptero ser rápido, é claro para a maioria das pessoas que o preço não compensa a rapidez. Se a viagem de helicóptero custar 300€ a mais e poupar 30 minutos, a escolha seria certa apenas se o nosso tempo valesse 600€/hora. O exemplo é absurdo, mas o mesmo princípio pode ser aplicado a dúvidas mais realistas, como escolher entre o comboio e o carro.

Esperaríamos que os governos fizessem o mesmo por nós, quando tomam decisões sobre obras públicas. Este tipo de ponderação é tanto mais importante de fazer quanto maior é o investimento em causa. Por isso gastamos mais tempo a estudar as hipóteses quando

compramos um carro ou uma casa do que para um simples electrodoméstico. No caso dos investimentos públicos, essa é precisamente uma das áreas em que economistas e engenheiros podem ser muito úteis: avaliar os impactes positivos e negativos de várias soluções possíveis e apontar para a melhor. Existe inclusivé um guia da Comissão Europeia destinado a ajudar os governos a desenvolver este tipo de estudos, denominados Análises Custo-Benefício.

Infelizmente as decisões dos nossos governos sobre investimentos em transportes não têm seguido esta via. Recorde-se a decisão da construção do novo aeroporto na Ota, fundamentada na comparação entre apenas duas soluções possíveis, só sob a óptica ambiental. Foi a sociedade civil quem, através de um estudo da CIP, “obrigou” o Governo a realizar uma análise mais séria (ainda assim não exaustiva, e feita à pressa) sobre a localização do Novo Aeroporto, que mudou a decisão para Alcochete. A história quase se repetiu com a 3ª Travessia do Tejo. Desta vez o LNEC veio a concluir que a solução previamente decidida era de facto a melhor, o que terá ocorrido por casualidade dado que a análise em questão não tinha antes sido feita.

Hoje a agenda é marcada pelo comboio de Alta Velocidade (AV). Foram tomadas as decisões políticas para a sua construção em 2003 na Cimeira Luso-Hispânica, e em Resolução do Conselho de Ministros em 2004, que aprovou o desenvolvimento da rede nas ligações Lisboa-Madrid, Lisboa-Porto, Porto-Vigo, Lisboa-Faro-Huelva e Aveiro-Salamanca. Como habitual, antes de tomar a decisão o Governo não colocou seriamente a questão: os benefícios para os portugueses são maiores que os custos? No entanto, se viajar de helicóptero é uma opção ridícula para a maioria das pessoas, algumas destas hipóteses não parecem muito distantes disso, tendo em conta os custos elevadíssimos da construção.

É importante referir que estudos daquele tipo foram depois realizados pela RAVE, em 2008. Porquê realizar os estudos, se a decisão já havia sido tomada? É que para obter financiamento da UE eles são necessários, com resultados positivos. Para perceber melhor a questão, é importante saber que a missão da empresa pública RAVE pressupõe um mandato claro para a concretização da rede de AV, e com isso também o emprego de quem lá trabalha. Serão, pois, estes estudos (disponíveis no site da RAVE) fiáveis? Os resultados deste tipo de análises são facilmente “orientáveis” pelos pressupostos assumidos, como o volume de procura, os custos, ou o valor do tempo para os passageiros. Para garantir o rigor e isenção, teria sido importante serem concretizados por uma entidade independente do resultado. Mas, como ficou claro, o objectivo dos estudos não foi verificar o mérito da AV, mas apenas justificar o financiamento europeu.

Existem portanto algumas incongruências básicas no processo de decisão do comboio de alta velocidade. Quando deveríamos ter feito as contas a fim de avaliar se os custos compensam os benefícios deste electrodoméstico topo de gama que é o TGV, fizémo-lo apenas a posteriori para justificar o financiamento do “pai”.

E porque não optam os governos por gastar o nosso dinheiro em grandes obras públicas com base num estudo rigoroso dos seus méritos? Há vários motivos possíveis: a) obra feita dá votos; b) ignorância dos políticos sobre como tomar as decisões de forma rigorosa; c) pacto consciente ou inconsciente de políticos com interesses particulares.

Tudo isto faz parte da democracia, até certo ponto. Mas as consequências negativas podem ser minimizadas. Uma forma é precisamente a acção da sociedade civil, que pode ajudar a denunciar que muita e vistosa obra não é necessariamente coisa boa. Outra forma possível seria obrigar por lei os governos a tomar decisões deste tipo apenas após a realização de estudos custo-benefício, verificados por uma entidade independente do ciclo político.

Os investimentos em carteira para as linhas Lisboa-Madrid e Lisboa-Porto custarão 7 mil milhões de Euros. Dava para várias viagens de helicóptero por português. Seria bom que os investimentos em carteira para a AV só viessem mesmo a ser realizados se valessem mesmo a pena, facto que gostaria muito de ver seriamente esclarecido.

The trouble with SCUTS

por **Luís Vaz Silva**

Professor do ISLA

(Lisboa)

luis.silva@ucd.ie



Para eu poder explicar melhor as reservas que tenho em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP's) tenho que recorrer primeiro ao conceito da restrição orçamental. Este último conceito é seguramente dos mais vilipendiados que existem na Microeconomia. É impopular porque ninguém gosta de se sentir restringido, e menos ainda quando se trata de consumir ou investir. No entanto, a existência de uma restrição orçamental obriga as pessoas a focarem-se e a estabelecer prioridades. Se o dinheiro não chega para tudo, então temos que fazer escolhas. Este processo de escolha é muito importante porque garante que vamos gastar o nosso dinheiro de forma a maximizar a

nossa utilidade. O dinheiro é geralmente bem gasto porque vamos adquirir o que mais precisamos e que (ainda) podemos comprar. A partir do momento em que a restrição é eliminada compramos tudo, o necessário e o desnecessário incluídos. Para efeito de demonstração basta comparar um miúdo mimado com um miúdo de uma família carenciada e/ou numerosa.

Ora, as PPP's são mais um instrumento para os governos eliminarem a restrição orçamental que observam na despesa pública. E escrevo mais um porque os governos já tinham um instrumento formidável à sua disposição: a dívida pública. A dívida pública serve precisamente para o governo poder financiar projectos de infraestruturas (ou outras coisas excessivamente caras como guerras, por ex.). O estado pede dinheiro emprestado nos mercados monetários (Obrigações do Tesouro) e depois usa esses recursos para pagar à empresa que constrói a obra. Admitindo, que a obra é realmente necessária terá repercussões positivas na economia nacional, o que resultará em mais receita fiscal e numa dívida pública novamente a baixar. Em última instância, uma dívida pública contida e estabilizada é sinal que os governos só investiram em projectos realmente necessários e benéficos para o país. Pelo contrário, uma dívida pública crescente é um sintoma que algo de grave se passa: os investimentos podem ter sido ruinosos, ou a despesa pública expulsou o investimento privado (*crowding-out*), ou ainda o estado endividou-se para pagar despesa corrente em vez de despesa de investimento.

É aqui que entram as PPP's: governos com dívidas públicas importantes olharam para este modelo como a solução para fazer mais obras sem criar mais dívida. Os consórcios privados (o figurino base é um empresa de construção, uma de manutenção, e um banco) financiam a obra e recebem depois uma renda pela provisão do serviço. Se o contrato prever disposições como tempo de carência ou prestações crescentes melhor ainda: este governo adjudica e os governos futuros pagam a factura.

As vantagens e desvantagens das PPP's não tardaram a aparecer. O resultado mais simpático para os governos é que as pessoas continuam a esquecer-se de somar as responsabilidades assumidas com as PPP's à dívida pública directa. Assim, andamos todos convencidos que a dívida pública é 81% do PIB quando o valor real anda mais para os 96% (e eu não estou a incluir o passivo acumulado nas empresas de capital público). Isto significa que na última década duplicamos a dívida pública (era 51% em 2000).

Acresce que os custos de financiamento também não baixaram: consórcios privados não conseguem financiar-se a uma taxa de juro tão baixa como um estado soberano

porque este último é menos arriscado...e geralmente querem ainda ganhar uma margem de lucro. Como não conseguem apresentar um custo inferior à taxa de juro implícita nas obrigações do tesouro acabamos todos por pagar mais.

As PPP's resultam frequentemente na privatização dos lucros e na nacionalização dos riscos. Isto tem sido confirmado por vários estudos desde meados da década de 90 (sobretudo australianos e ingleses), e o nosso Tribunal de Contas também chegou recentemente à mesma conclusão. Os banqueiros têm um lucro garantido por várias décadas sem qualquer risco, porque sempre que algo corre mal o estado indemniza.

A negociação dos contratos entre o estado e os consórcios multiplica as oportunidades de corrupção e nós ficamos dependentes da boa-fé e capacidade de negociação dos nossos políticos. O facto de os governantes por vezes acabarem nos conselhos de administração dos consórcios ou de empresas constituintes destes também não contribui grandemente para o nosso sossego. Não há volta a dar: parcerias entre o estado e empresas privadas resultam sempre em maior promiscuidade entre os mundos da política e das empresas.

O governo não deve ser amigo dos empresários mas sim do mercado, e este não é um fim em si mesmo mas uma ferramenta para alocar recursos. O mercado funciona como um campo de jogos e o estado é o árbitro que deve garantir regras transparentes e equidistância em relação às equipas em jogo. Se o árbitro começar a alimentar negócios com uma equipa que lhe seja mais próxima ou de alguma forma beneficiar uma das equipas em jogo prejudica a economia e faz desaparecer o ambiente de transparência.

Importa ainda referir que para além de todos estes aspectos problemáticos as PPP's se revelam tanto mais perigosas quanto mais voluntaristas forem os políticos. No limite todas as obras passam a ser imediatamente possíveis: como o governo acredita que está a fazer bem e que a economia vai crescer em consequência dos seus actos, a dívida pública deixa de ser um problema. Decisões sobre projectos de centenas ou milhares de milhões de euros são agora tomadas em função de profissões de fé em vez de análises custo-benefício. Critérios como a viabilidade económica ou custo de oportunidade podem agora ser desvalorizados porque os projectos são "estratégicos" (é o que dizem sempre que não conseguem justificar de outra forma). Os americanos chamam a isto *tax-and-spend*.

Generalidades

Para opiniões liberais sobre outras problemáticas

O Princípio do Fim da Pax Americana?

Nos últimos cinquenta (talvez cem) anos, os Estados Unidos têm sido a potência mais importante do planeta; no princípio, de forma oficiosa, devido a esse estatuto formalmente pertencer ao Império Britânico, mas a partir de meio do século, após a Segunda Guerra Mundial, já oficialmente. E após vinte anos de indiscutível hegemonia, a pergunta na ordem do dia é se o século americano está finalmente a chegar ao fim.

por
Pedro Costa,
Odivelas

É indiscutível que os Estados Unidos são o país mais importante do mundo, senão vejamos. É a segunda maior economia do mundo (atrás da União Europeia, que no entanto está à frente por causa da sua maior população), tem as forças armadas mais bem equipadas e poderosas, tem um arsenal nuclear imenso, está na vanguarda do desenvolvimento científico, incluindo na exploração espacial, e culturalmente é hegemónica (basta pensarmos nos McDonald's, Coca-Colas e filmes de Hollywood, por exemplo). Até a Internet, esse grande projecto à escala humanitária, era, até há pouco tempo, propriedade do governo federal dos Estados Unidos.

A determinada altura na última década do século passado, uma Secretária de Estado dos E.U.A. chegou mesmo a dizer que eles eram a "nação indispensável", o que, se virmos para lá da aparente arrogância, era inteiramente verdade na altura. Nenhum país fazia nada sem o apoio dos Estados Unidos, e todos olhavam para os Estados Unidos para direcção. Chegava-se ao momento previsto pelos "Pais Fundadores", em que o país era o líder e o exemplo para todos os outros. Mas algo mudou fundamentalmente desde 2001. E não, não foram os

ataques terroristas de 11 de Setembro que marcam a fronteira entre a hegemonia dos E.U.A. e um mundo em que não se sabe bem o que vai acontecer. O acontecimento mais marcante, aquele que daqui a várias décadas vai ser recordado como determinante, é a entrada da República Popular da China na Organização Mundial de Comércio.

Nesta última década, o imenso crescimento económico da China não só conseguiu ameaçar como é agora provável que venha a rivalizar com a "nação indispensável" num futuro muito próximo. A China é agora a segunda ou terceira (dependendo do estudo) maior economia do mundo e continua a crescer a um ritmo de oito a dez por cento ao ano.

Mas nada disto é novo. O que começa a verificar-se – e isso sim é novo – **é a China querer utilizar o seu vasto poderio económico para marcar posição nas relações internacionais.** Tradicionalmente, com excepção de Hong Kong, Macau e Taiwan, a China é uma nação bastante virada para dentro, quase isolacionista. De facto, a única missão militar naval do país nos últimos quinhentos anos é bastante recente: o combate aos piratas ao largo da Somália.

Mas resolvidos ou estando em vias de resolução os grandes problemas internos, nomeadamente a pobreza e a fome, os líderes chineses começam a virar-se para fora das suas fronteiras, ainda que com preocupações como o Tibete bem presentes. A China tomou a liderança no combate à crise económico-financeira que ainda vivemos (e que, discutivelmente, ajudou a criar devido à compra constante de títulos do Tesouro norte-americano) e, talvez mais surpreendente, no combate ao aquecimento global, apresentando um pacote de medidas superior ao esperado dos próprios Estados Unidos.

Os líderes chineses percebem no fim da década que com grande poder vem grande responsabilidade. Claro que, por enquanto, com os E.U.A. como potência dominante, as responsabilidades continuam a ser mínimas para uma potência em ascensão como a China.

Mas aqui também o fim desta década traz novidades. Com a eleição de Barack Obama para a presidência da hiperpotência, a sua política internacional passou a ser "humilde", no sentido em que deixaram de tentar lutar contra a inevitabilidade de um mundo com uma grande China a disputar a liderança. Pelo contrário, estão agora a aceitá-la de braços abertos.

Não se pense que tal mudança de política é derrotista ou não tem estratégia. Os Estados Unidos têm plena consciência que, a prazo, ficarão em segundo lugar, impedidos de jogar pelas suas próprias regras. Mas em vez de combater a realidade, como a Administração Bush tentou fazer, e em vez de assumir uma posição derrotista e progressivamente isolacionista, a Administração Obama está a tentar fazer com que a China se comprometa a um mundo multi-polar.

Pode parecer estranho mas não é – senão vejamos. Os grandes deste mundo costumavam-se reunir sob a égide do G8, as sete nações mais industrializadas do planeta mais a Rússia e a União Europeia. Sendo a China uma grande potência e tendo ultrapassado quase todos os membros do G8, a solução natural teria sido convidá-la para o seio do G8, fazendo assim um novo e legitimado G9.

Mas não foi este o caminho escolhido. O G20 substituiu o G8 e é agora o órgão de governo mundial par excellence. Países não muito relevantes para a economia mundial como a Arábia Saudita, o México e a África do Sul estão lado a lado gigantes económicos como os E.U.A., o Japão, a Alemanha... e a China.

A China, apesar de ser a prazo a maior economia do mundo e de ter como reservas dólares suficientes para fazer colapsar o sistema económico mundial, foi reduzida a apenas mais um país no meio de dezanove (mais a U.E.), sendo assim obrigada a cooperar com a comunidade internacional sob pena de ser vista desfavoravelmente e não conseguir avançar os seus projectos. Se fosse apenas um G2, que foi o que aconteceu na prática durante a Guerra Fria, poder-se-ia voltar a esses tempos. Mas estando tanto a China como os E.U.A. sob o efeito moderador do consenso e da negociação, reduz-se o risco de confrontação diplomática séria para um nível que pode ser controlado e gerido e cujo melhor exemplo é a União Europeia.

No fundo, o que vemos hoje nas relações internacionais é uma "europeização" do mundo – a cooperação entre rivais com interesses muitas vezes antagónicos para diminuir os riscos e aumentar os benefícios de todos. A União Europeia perde influência

política à medida que o centro de poder mundial cada vez mais se desloca para o Oceano Pacífico; mas ao mesmo tempo e paradoxalmente, os valores da União espalham-se pelo globo levando a que tenha uma renovada influência política.

O futuro das relações internacionais é impossível de ler. Mas tendo em conta o que hoje sabemos, pode fazer-se um conjunto de previsões que com alguma certeza se irão concretizar. A primeira é que o século americano está a chegar ao fim – os Estados Unidos perderão de forma relativa, mesmo que não absoluta, poder e capacidades. A segunda é que ao mesmo tempo que estes sofrem um declínio relativo, novas

potências irão emergir e tomar o seu lugar no governo do planeta; a China mas também a Índia são as apostas mais certas. E a terceira é que, por motivos vários, desde o esmagador progresso tecnológico nas tecnologias de informação e comunicação até ao aparecimento de desafios globais como o aquecimento global e a pirataria, o mundo será multi-polar, independentemente da vontade das grandes potências e da realidade geoestratégica – e é neste contexto que a experiência europeia, devido ao seu estrondoso sucesso, irá ter um papel preponderante demonstrando a países rivais que é possível cooperar para o interesse de todos.

Ireland and the EU

In the 10 of May 1972, Irish voters overwhelm overwhelmingly backed the proposal to bring Ireland into the European Communities. The referendum on membership was passed by over 80% of voters, with just over two hundred thousand people voting against. In 1973, Ireland officially entered the European Economic Community. Such public enthusiasm for Europe would seem strange to us today, with the Irish voters' rejection in 2001 of the Nice treaty and the rejection of the Lisbon Treaty (although both were later ratified in subsequent referenda). How did the Irish public's mood towards Europe turn sour?

This question poses even more difficulties when you consider the ways in which Ireland has benefited from Europe. Before ascension to the EEC, Ireland's agricultural system was hopelessly outmoded. Industry had been modernised to great effect in the 1960's by the reforming Lemass government (which also first applied to join the EEC in the 1960's.), yet agriculture continued to lag behind. Small farming was predominant and rural poverty was still a major problem. Membership of the EEC caused farm incomes to double.

Professor Seamus Sheehy of University College Dublin writes "the change from dependence on the low-priced UK market to participation in the EEC market led to 45% increase in real prices received by farmers from 1971 to 1978." Structural funds helped vastly improve Ireland's creaking infrastructure, with water treatment plants, sewage works, rail lines, and bus services throughout the country benefitting from European financial support.

por
Ruairí O'Dwyer
Odivelas

Ireland's famed "Celtic Tiger" economy could never have come about without European support. The ERSI, Ireland's foremost think-tank, estimates that EU structural funds added an extra 2% to our GDP. Indeed, over 2.5% of our GDP came from EU structural even as recently as the mid-1990's. Further referenda over the Single European Act and on the Maastricht treaty showed that the Irish people's enthusiasm for Europe had not demurred since we had first voted to join in 1972. In the late 1990's, however, with the election of a centre-right Fianna Fail-Progressive Democrat coalition, attitudes towards Europe began to sour. The new government favoured low corporate tax rates and American investment as the magic formula for a prosperous Ireland, not "European leftism" in the words of the Deputy Prime Minister, Mary Harney.

The Finance Minister, Charlie McCreevy, who was critical of the constraints imposed upon him by the European Central Bank was the foremost among Ireland's new Euro-sceptics. The populist centre-right government weaved a narrative as regards Ireland's new found prosperity. It did not stem from European subsidies and the advantages we received from membership of the EU, it stemmed from the government's neo-liberal tax cutting policies, which were manifested in low corporate tax rates of just 12.5%. This narrative had the purpose of shoring up support for the government and ensuring credibility for its corporatist policies. No-one summed up the view of the government better than Mary Harney in her speech to the American Bar Association in July 2000.

Spiritually, she said, we [Ireland] are probably a lot closer to Boston than Berlin. The coalition in which Harney was Deputy Prime Minister had inherited an economic boom from a centre-left coalition government which they now claimed credit for. Ireland's unemployment rate had fallen to just 4% by the time Harney made her speech in July 2000. Again, she credited this to "American Liberalism" and condemned "Job destroying policies which are keeping millions of people on the dole right across continental Europe." She then went on to say that she was opposed to further European integration - "if it ain't broke don't fix it."

No surprise, then, that the first referendum on the Nice Treaty, in which the government campaigned for its passage, was defeated by a 54-46 margin in 2001. The treaty was passed a year later by a large margin, but the first defeat marked the end of Ireland's love affair with Europe. Charlie McCreevy, despite being Minister for Finance and later on a European Commissioner, spoke of the result as being "very healthy democratically."

The Lisbon treaty referendum was repudiation of the second Nice ballot. In a campaign dominated by spin and fear-mongering by Euro-sceptics, the far left and right-wing Catholics, the "Yes" side, represented by the Government (which included Mary Harney) and every political party other than Sinn Fein could only offer "Europe's been good to us". Indeed, many politicians say the campaign as an excuse to plaster their faces on posters in their own constituencies. Lisbon I went down to a fairly resounding defeat. The economic crisis in which Ireland was particularly badly affected had the result of putting

public opinion squarely behind Lisbon II. Gone was the initial anger at the fact that we were being asked to vote again on something we'd voted down just a year ago. The "Yes" side again ran a lackadaisical campaign in which they promised recovery on the back of a "Yes" vote. The No side too lacked energy and failed to repeat some of the claims they had made in the first campaign.

Lisbon II was passed by nearly 70% of voters, but no doubt it will turn out to be a pyrrhic victory. It does not mark the end of euro-scepticism in this country. Indeed, it will convert more people to its cause as economic recovery, as promised by the

government during the second campaign, fails to come about in the wake of ratification of Lisbon. The blame for the end of Ireland's love affair for Europe does not lie at the feet of Europe itself. Rather it lies at the feet of Irish politicians who cynically used Europe to suit their own political purposes. Just as Mary Harney and Charlie McCreevy used Europe as a whipping boy to sell their own version of the story of Ireland's new-found prosperity, today's politicians cynically manipulated the Lisbon referendum. I have no doubt that when recovery finally does come about, Europe will not receive credit for it from our political masters.



www.facebook.com/home.php#/movimentoliberalsocial



<https://twitter.com/mliberalsocial>



<http://www.youtube.com/user/liberalsocial>

Sociedade Liberal

Onde o autor poderá reflectir sobre a evolução para uma sociedade mais liberal.

A propósito de minaretes

Na Suíça, um referendo baniu a construção de minaretes. A democraticidade do referendo não está em causa, mas o resultado assusta-me. É uma reacção contra a imigração muçulmana (e eventos como recentes questões com a Líbia), e os defensores do referendo apelaram à defesa da “cultura suíça”. Pessoalmente, vejo a cultura como algo mutável, em constante evolução através do diálogo intercultural, e defendo o Estado de Direito como a melhor forma de nos associarmos para lidar com esse diálogo e essa evolução. Preocupa-me a intrusão na liberdade de expressão, liberdade artística, liberdade religiosa que o resultado deste referendo representa.

A minha objecção ao resultado deste referendo é de princípio. Considero esta intrusão injustificada e arbitrária, mesmo que democraticamente decidida. Considero que o mundo ficou menos livre com este referendo, um resultado sempre infeliz para um liberal. É importante que mantenhamos as liberdades que conquistámos após séculos de lutas constantes, é importante não voltarmos atrás. O resultado do referendo da Suíça é, a meu ver, um passo atrás, e um passo atrás perigoso. A tentação de apresentar um argumento “slippery slope” aqui é grande, mas não o vou fazer, porque não tem validade lógica. A apreensão, essa, no entanto, ninguém ma tira.

Falando agora em geral, o terrorismo global é, sem dúvida, uma ameaça à sociedade livre. Mas as reacções da sociedade livre ao terrorismo global são, elas próprias, uma ameaça. Tomar o todo pela parte em relação aos muçulmanos é o mesmo que tomar o todo pela parte em relação a todas as ideologias e religiões.



por
João Mendes

Devemos usar as ferramentas próprias do Estado de Direito para lidar com situações atentatórias contra o mesmo. É pelo Estado de Direito, pela democracia representativa, pela própria possibilidade de existirem referendos que lutamos, afinal, e subvertê-las em seu nome não é uma solução. É um problema.

O empolar de discursos puramente anti-muçulmanos limitam a possibilidade da criação de verdadeiras políticas de imigração, políticas vocacionadas para a integração dos imigrantes, não para a desumanização dos mesmos. Esta crise económica, como todas as crises económicas, é terreno fértil para extremistas de todos os lados virem criar bodes espiatórios para os problemas que nos afligem, virem propor soluções fáceis para os problemas que defrontamos. Os partidos moderados não podem, na ânsia de conseguir votos, entregar este debate aos extremistas. Os resultados de tal entrega são necessariamente negativos.

Combater o terrorismo passa não apenas pelo uso dos serviços secretos, pela componente militar, mas também pela reafirmação dos princípios pelos quais as nossas sociedades se pautam e nos quais elas se baseiam. Erodir a sociedade livre, o Estado de Direito, os direitos humanos é parte do problema. Banir a construção de minaretes nada

resolve. A verdadeira solução passa por políticas de imigração com base na integração e do diálogo e na utilização dos meios disponíveis em Estado de Direito para combater o terrorismo. Dizer isto não é passar por cima das atrocidades que fundamentalistas, terroristas e extremistas cometem. É impedir que destruamos nós próprios o que eles procuram destruir..

Adere à Juventude Liberal Europeia tornando-te um Membro Individual!
Vai a <http://www.lymec.org/> > Our Members > Become a Member



Ainda os Minaretes

O referendo que em Novembro do ano passado banuiu a construção de novos minaretes na Suíça provocou reacções variadas. O debate, durante e após o processo eleitoral, deliberadamente e abertamente conseguiu misturar xenofobia e islamofobia suficiente para o perverter e passar a ideia peregrina de um autêntico referendo ao Islão. E os media não ajudaram em nada. Decerto que a maioria dos Suíços que votaram a favor não partilham das mesmas ideias que a extrema-direita nos quer fazer acreditar.

Mas qual deveria ser a posição justa acerca deste referendo? Todo o fenómeno transmite um mal estar muito mais profundo que em ultima análise nos remete para o grave problema de integração das comunidades emigrantes na Europa, particularmente as originárias de países muçulmanos. E a nós europeus, com o peso de séculos de anti-semitismo, como podemos lidar com a islamofobia, mas também não cedendo às pressões

por
Martim Horta

multiculturalistas que reivindicam o fechar dos olhos aos valores que nos permitem ser tolerantes, aceitando a intolerância dos outros?

A integração é sempre mútua. Não assenta unicamente na capacidade de uma sociedade possibilitar o sucesso económico e social a um grupo que lhe é estranho, mas acima de tudo fazê-lo transmitindo os valores em que fundamenta como sociedade. Por outro

lado, um grupo que rejeita abertamente esses valores não pode exigir uma integração separada em respeito pelas suas particularidades éticas e morais, pois isso não é integração, mas sim segregação. Aceitar que as comunidades emigrantes se instalem na Europa em total liberdade de actuação independentemente da vigência de uma lei secular garante da igualdade e da liberdade, é pura e simples segregação. É desenvolvimento em separado, e não em conjunto. Não pode haver particularismos.

O referendo aos minaretes aplica-se numa sociedade que respeita as minorias, mas que espera delas a integração no corpo cívico ao ponto de saberem respeitar uma decisão sobre a cultura estética dessa mesma sociedade. O mesmo se aplicaria se fossem igrejas. Todos os edifícios são iguais perante a lei. Quantos lisboetas votariam a favor de um referendo que banisse a construção de minaretes por entre as sete colinas? Resta à comunidade proceder pelos órgãos legais para reverter a proibição. Houve discriminação? Há leis anti-discriminação na Europa que devem actuar caso isso se tenha verificado no rescaldo do dito referendo. Ouve uma restrição à liberdade de culto?

Tomemos a título de exemplo um cristão suíço chamado João. O João que instale altifalantes no topo de um campanário em Zurique todos os domingos de manhã, acordando os habitantes para os chamar à missa e será provavelmente preso por fazer barulho. Não porque é cristão, mas por fazer barulho. O problema da atitude deste cristão é ainda pior pois provoca no fórum público, no respeitante ao espaço sonoro, um atentado ao

princípio da secularidade do espaço cívico. E se todos somos iguais perante a lei, a um muçulmano chamado João o mesmo se aplicará. Mas se este não compreender que não estão a prendê-lo por ser muçulmano mas sim por ir contra uma lei, secular e portanto que nivela à irrelevância a sua crença no processo judicial, será revelador que o processo de integração falhou: não compreende os fundamentos da sociedade ocidental contemporânea.

Ao falhar na transmissão dos valores seculares do ocidente, mesmo que tenham eles uma influência inegável, se não mesmo fulcral, das matrizes judaico-cristãs para além das clássicas, não há integração possível. Estas comunidades não são minoritárias o suficiente para serem absorvidas naturalmente pela dinâmica social, que só por si se demonstra incapaz, como já se encontram grandes o suficiente para bloquearem e fecharem-se sobre si. Se a Europa não souber produzir uma geração de europeus descendentes de emigrantes totalmente "europeizados" a nível dos valores, arrisca-se a que os próximos referendos sejam verdadeiramente sobre o Islão.

Os Estados Unidos são uma nação de emigrantes. O seu sucesso está na transmissão dos valores da liberdade e da igualdade como nunca outro país conseguiu. A Europa não é uma nação de emigrantes, nem nunca o será. Por isso mesmo se não souber transmitir os valores que se funda tão bem ou melhor que os Estados Unidos arrisca-se a uma reacção bastante negativa, e a uma viragem ainda maior à extrema direita. Porque exigirem-nos que tratemos os iguais de maneira diferenciada vai contra a isonomia.

Mundo Liberal

Dar a conhecer outros partidos e organizações liberais no mundo.

Com esta nova secção pretendemos dar a conhecer aos nossos leitores outros partidos e organizações liberais. Num país sem tradição liberal como Portugal, é fácil e corrente a palavra vir associada a personalidades e partidos que pouco ou nada têm que ver com o liberalismo. Conhecer pois os verdadeiros representantes desta corrente é crucial. Com esta nova secção pretendemos dar a conhecer aos nossos leitores outros partidos e organizações liberais. Num país sem tradição liberal como Portugal, é fácil e corrente a palavra vir associada a personalidades e partidos que pouco ou nada têm que ver com o liberalismo. Conhecer pois os verdadeiros representantes desta corrente é crucial.

Este mês damos-vos a conhecer os liberais sociais flamengos.



por
Igor Caldeira



L²- a Juventude Liberal Social da Comunidade Flamenga da Bélgica

por **Jefrey Van Der Straeten**,
International Officer da L²

(tradução : Igor Caldeira)

A L² foi fundada legalmente em 1970, na altura como juventude da Volksunie (União Popular), cujo principal objectivo era a transformação da Bélgica numa federação, tendo depois alargado o seu programa para temas que não eram tidos em conta pelos partidos tradicionais: ambiente, direitos das mulheres ou maior participação directa dos cidadãos na política.

Não obstante, o partido sofria também de dissensões internas entre conservadores e progressistas; a juventude alinhava sempre pela ala mais progressista. Foram sendo feitos apelos para que a Volksunie seguisse o exemplo dos liberais sociais neerlandeses do D66.

Quando em 1993 a Bélgica se tornou num Estado federal o elemento aglutinador do partido desapareceu, aprofundando o debate interno ao ponto de as divergências se tornarem irresolúveis, conduzindo a um referendo interno em 2001. Um novo partido (Spirit) foi criado, tendo a juventude alinhado com o mesmo. Em 2009 o nome do partido foi alterado para Partido Liberal Social . De notar que metade dos principais candidatos eram membros da L² nas eleições de junho deste ano.

O programa político da L² tem na liberdade individual a sua pedra de toque. Acreditamos no poder de auto-desenvolvimento do indivíduo. As pessoas têm a capacidade de pensar de forma independente e devem ter plena oportunidade de escolher como conduzir as suas vidas. Liberdade e responsabilidade são dois lados da mesma moeda. A autonomia individual significa que o indivíduo tem o dever moral de assegurar que as oportunidades não são desperdiçadas. O

Estado é sempre um meio, não um fim. O governo não pode limitar a liberdade individual sem uma justificação explícita. Rejeitamos também que o Estado deva criar felicidade para os seus cidadãos : a vida é o que cada um faz dela. No entanto, o governo tem um papel central na criação de igualdade de oportunidades através da educação, protecção social e qualidade ambiental.

A L² aderiu à LYMEC como membro observador em Novembro de 2009, mas desde os anos 90 que é um membro muito activo da IFLRY.



www.l2.be

